

O Tríplice Múnus de Jesus Cristo na atividade litúrgica da Igreja

Sergio Francisco Valle¹

Resumo: O texto propõe uma aproximação ao exercício do Tríplice Múnus de Jesus Cristo na atividade litúrgica da Igreja. Isto é possível graças à presença do Senhor, por obra do Espírito Santo, nas atividades litúrgicas da Igreja, destacando especialmente o múnus sacerdotal na Eucaristia, o múnus profético na Liturgia da Palavra e o múnus régio-pastoral na dimensão pedagógica do Ano Litúrgico.

Palavras-chaves: Tríplice Múnus; presença; Liturgia; celebração litúrgica.

Abstract: The text proposes an approximation to the threefold actions of Jesus Christ in the Church's liturgical activity. This is possible because the presence of the Lord, through the action of the Holy Spirit, in the Church's liturgical activities, highlighting especially the sacerdotal action in the Eucharist, the prophetic presence in the Liturgy of the Word and the pastoral-kingly action in the pedagogical dimension of the Liturgical Year.

-
1. Mestre em Liturgia pelo Pontifício Instituto Litúrgico Santo Anselmo, de Roma (Itália), Pós-graduado *lato sensu* em Comunicações Sociais pelo SPICS, de Roma (Itália) e em Psicologia Clínica pela UNORP, em São José do Rio Preto (SP). Graduado em Estudos Sociais e Filosofia pela FEBE de Brusque (SC). Graduado em Teologia pelo Instituto Teológico Sagrado Coração de Jesus, de Taubaté (SP). Bacharel em Teologia pela PUC do Rio de Janeiro (RJ).

Keywords: Triple munus; presence; Liturgy; liturgical celebration.

Introdução

“Múnus”, palavra latina polissêmica que, em seus significados, comunica a compreensão de “cargo, função, ofício público, ocupação”. Tem ainda o sentido de “obrigação e de dever”. Os dicionários das línguas neolatinas mantêm a mesma compreensão, ressaltando o sentido de “dever obrigatório de um indivíduo”. Obrigatório no sentido de compromisso, de se comprometer com uma função. Além disso, “múnus” tem também o significado de oferta, de oferenda, como encontrado em vários textos eucológicos do Missal Romano. Na presente reflexão, “múnus” será compreendido com o sentido de função², de atividade, de serviço, como é própria da teologia do Tríplice Múnus de Jesus Cristo.

Os documentos litúrgicos da Igreja, a começar da *Sacrosanctum Concilium*, não fazem referência ao Tríplice Múnus de Jesus Cristo, mas não o dispensam, adotando o termo de modo polissêmico, em seus vários atributos³. Uma bela síntese, quanto a presença de “múnus”, na *Sacrosanctum Concilium*, é proposta pelo liturgista espanhol Matias Auge:

A Liturgia é o exercício da função (múnus) sacerdotal de Cristo (SC 7); é também obra da Igreja, na qual cada um exerce o seu próprio ofício (múnus) (SC 28). Os pastores exercem na Liturgia sua função

2. Agostino Montam, em artigo na revista Teocomunicação, chama atenção para a dificuldade léxica dos termos “múnus” e ministério. Diz Montam: “Na *Lumen gentium* (n. 18ss.) o conceito de *ministerium* é usado de modo constante e intencional para referir-se ao ministério ordenado, enquanto o conceito de ofício (*munus*: LG, n. 33; *sacra officia*: LG, n. 35; 37), em diversas passagens, é usado em referência à tarefa conferida aos leigos” (A. MONTAN, “Presidência e ministérios. Uma releitura da tradição entre ‘fato’ e ‘direito’ desde a *Ministeria quaedam* até hoje”, in *Teocomunicação (online)* 39 (2009), p. 35, nota 34, disponível em: <<http://revista-seletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo>>, acesso em: 15 de junho de 2018.

3. A Constituição Litúrgica *Sacrosanctum Concilium* — doravante citada pela sigla SC —, em seu texto original latino, usa 7 vezes a palavra “múnus”, nos artigos: 12, 15, 20, 29, 83, 99 e 112. Todas com o sentido de função, de ofício. Exceto SC 7, que não usa “múnus”, mas “muneris”, ao tratar da presença ativa de Jesus na Liturgia. A SC 7 e a SC 83 fazem referência ao “múnus sacerdotal” de Jesus Cristo na celebração da Liturgia.

(múnus) como dispensadores dos Mistérios de Deus (SC 19). Participando da Liturgia, o Senhor faz de nós uma oferenda (múnus) eterna a ele (SC 12). Assim, múnus pode expressar o Mistério Litúrgico em sua totalidade⁴.

Com Augè pode-se dizer que o termo “múnus” expressa o significado ativo da liturgia que — em sua semântica polissêmica — compreende função, serviço, atividade, oferenda⁵ e ministerialidade. A Liturgia, conclui-se, é um dos campos da atividade — na Igreja e no mundo — pela qual e na qual Jesus Cristo continua exercendo seu tríplice únus como Sacerdote, Profeta e Rei pastor.

Anotações sobre teologia do Tríplice Múnus de Jesus Cristo

Um breve parêntese para registrar três anotações sobre a Teologia do Tríplice Múnus de Jesus Cristo⁶, no contexto de uma longa história que envolve o conceito de *Tria Munera Christi*, como reza o latim.

Inicialmente, quanto à origem, essa Teologia encontra suas raízes nos Santos Padres, embora estes não falem em tríade, mas em dupla: sacerdote e profeta, rei sacerdote. O termo “Tríplice Múnus” foi adotado pela primeira vez por João Calvino para evidenciar a função sacerdotal, profética e real de Jesus Cristo. Calvino introduziu a teologia do Tríplice Múnus no Ocidente, seguido por Lutero e, depois, pela Igreja Católica, especialmente nos documentos do Concílio Vaticano II⁷.

4. O texto citado abre e motiva o site do autor. M. AUGÉ, *Munus: Liturgia e dintorni*, (online), 2018, disponível em: < <https://liturgiaedintorni.blogspot.com/search?q=munus>>, acesso em: 28 de julho de 2018.

5. *Ibidem*.

6. As anotações inspiram-se numa conferência proferida pelo teólogo holandês Hendro MUNSTERMANN, na catedral de Grenoble: *Notre mission de prêtre, prophète et roi* (online), 2018. Disponível em: <http://www.coursdereligion.be/files/documents/pretre_prophete_roi.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2018.

7. A teologia do Tríplice Múnus de Jesus Cristo foi assumida aos poucos na Teologia católica e desenvolvida com mais profundidade pelo dominicano Yves Congar, no seu livro *Vraie et fausse réforme dans l'Église*, Paris, Cerf, 1950. Posteriormente, foi adotada pelo Vaticano II como fundamento teológico para a atividade ministerial da Igreja (cf. K. J. BECKER, “L’Insegnamento sul Battesimo del Vaticano

A segunda anotação refere-se à atividade do múnus como consagração. Eusébio de Cesaréia, em sua “História da Igreja”⁸ (364), menciona que no Antigo Testamento consagrava-se pessoas para exercerem as três funções em favor do povo: sacerdote, profeta e rei. O múnus como atividade de consagrados e a consagração como condição de se exercer a sagrada função de se colocar a serviço do povo.

Atividade de consagrado, como terceira anotação, considerado Jesus como o “ungido”, o “Christós de Deus”; ungido pelo Espírito Santo para exercer sua função de sacerdote, profeta e rei (Lc 4, 18-19). Ungido pelo próprio Espírito divino (At 10, 38), indicativo da superação do sacerdócio, do profetismo e da realeza do Antigo Testamento, figuras da plenitude realizada em Jesus Cristo. Ele, Jesus, o ungido do Pai pelo Espírito Santo, foi enviado para realizar a obra que Deus lhe havia preparado (Fl 2, 6-11), obra da qual veio como servidor (*munera*) (Mt 20).

Liturgia e múnus

A liturgia, em sua essência e na prática — inclusive pela etimologia — é múnus, é serviço teândrico; serviço humano e divino. Enquanto tal, a liturgia é essencialmente ministerial, não apenas enquanto exercício das funções requeridas pelos diferentes ministérios da *actio liturgica* celebrativa, mas é especialmente ministerial pelo serviço de Jesus Cristo, presente na liturgia, na função de “liturgo” do Pai e “liturgo” da Igreja no múnus de sacerdote, profeta e pastor.

Dentre as muitas descrições de liturgia⁹, interessa aquela que a descreve como espaço, no qual Jesus Cristo exerce seu múnus minis-

II”, in R. LATUCELLE (a cura di), *Vaticano II. Bilancio & Prospettive. Venticinque anni dopo 1962/1987*, 1987, p. 672-6674). Uma descrição muito bem articulada sobre o tema encontra-se na tese de doutorado de Carlos Rogério GROH (cf. C. R. GROH, *A identidade do ministério presbiteral como tema teológico-pastoral: uma questão epistemológica*, 2010, p. 87-94).

8. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, I, n. 3,7,9. 2000.

9. O uso do termo “descrição” e não “definição”, escreve Triacca (tradução minha), se deve ao fato que “nenhum documento oficial da Santa Igreja propõe uma definição de Liturgia por gênero próximo e diferença específica. Ao contrário [...] fornecem apenas elementos para uma definição descritiva” (A. M. TRIACCA, “L’Economia sacramentale”, in *CATECHISMO della Chiesa Cattolica. Testo integrale e commento teológico*, 1993, p. 841).

terial. Exercer tem a ver com atividade e com presença. “A liturgia é essencialmente ação”, segundo Romano Guardini¹⁰; é uma atividade. Toda atividade comporta funções (múnus) para tornar-se efetiva. É pela liturgia, enquanto atividade, que Jesus Cristo vivo (ressuscitado) continua exercendo seu sacerdócio, seu profetismo e seu pastoreio¹¹, enquanto presente na liturgia¹².

No contexto do exercício ministerial da e na liturgia, Jesus é apresentado como o grande liturgo. Por “liturgo” entende-se aquele que desempenha o múnus (a função) de servidor, de diácono. Na liturgia e pela liturgia, Jesus é, por excelência, o diácono do Pai e o diácono dos celebrantes, aquele que faz a “Lao+ergo”¹³; é ele que exerce o serviço glorificador da Liturgia ao Pai e, da mesma forma, exerce seu múnus (serviço), para o bem do povo, em favor da vida do povo. Demonstração que “a Liturgia não tem um fim em si mesma, mas é atividade diaconal para o mundo e para os homens”¹⁴. Atividade, ação, serviço, diaconia, termos que fundamentam o exercício do Tríplice Múnus sacerdotal, profético e pastoral de Jesus na Liturgia. A consideração do exercício do Tríplice Múnus de Jesus Cristo na Liturgia, portanto, fundamenta-se na teologia da sua presença e, especificamente, enquanto presença diaconal litúrgica.

O conceito teológico da presença de Jesus na liturgia vem dos Santos Padres, sintetizado no conhecido pensamento do Papa Leão Magno: “*quod itaque Redemptoris nostri conspicuum fuit, in sacramen-*

10. R. GUARDINI, *Introduzione alla preghiera*, 1968, p. 217.

11. O presente texto inspira-se particularmente nos artigos da SC 5-10. Considere-se, contudo, que apenas a SC 7 faz referência explícita ao termo, referindo-se ao múnus sacerdotal de Jesus Cristo: “*merito igitur Liturgia habetur veluti Iesu Christi sacerdotalis muneris exercitatio*”.

12. A Liturgia é também atividade da Igreja e atividade dos celebrantes. O que, contudo, centraliza a atenção deste artigo é a atividade na qual e pela qual Jesus Cristo exerce seu Tríplice Múnus, para que a Igreja e toda a humanidade possam participar da obra redentora, realizada no seu Mistério Pascal, celebrada na Liturgia da Igreja (cf. SC 5).

13. Lao+ergo = *Laos+ergon*: origem etimológica de Liturgia: serviço em favor do povo, serviço para a vida do povo, serviço para o bem do povo (cf. S. MARSILI, “Liturgia”, in _____, *Nuovo Dizionario di Liturgia*, 1984, p. 726).

14. A. VANUNUCHI, “Liturgia e libertação”, in *Revista Eclesiástica Brasileira* 35 (1975), p. 583.

*ta transivit*¹⁵ — “o que era visível ao nosso Redentor passou aos sacramentos”. Cada celebração litúrgica, por consequência, é evento redentor¹⁶, do qual se participa pela linguagem simbólica, sacramental¹⁷. Marsili descreve a liturgia como momento síntese da História da Salvação “porque engloba anúncio e acontecimento, ou seja, Antigo e Novo Testamento”; sem deixar de considerar a dimensão escatológica¹⁸.

De fato, “para realizar tão grande obra, Cristo está presente em sua Igreja, e especialmente nas ações litúrgicas”¹⁹. A presença de Jesus na liturgia, como dito, faz dele o servidor (liturgo, diácono) do Pai e da humanidade, realizando ali a promessa de enviar o Espírito Santo (Jo 14,26; 16,7), tornando a Liturgia uma perene epiclesis, a qual garante a autenticidade e a essência da celebração cristã. “Esta essencialidade da epiclesis, diz Enzo Lodi, preserva a liturgia da magia e alimenta um típico clima de espera e de esperança: o *maranathà* (vem, Senhor)”²⁰. O mesmo Espírito divino que “pousou” em Jesus na sinagoga (Lc 4,18-19), garantindo-o em suas funções de sacerdote, profeta e pastor, continua agindo no hoje da liturgia celebrada na Igreja. Não existe liturgia sem a presença de Jesus Cristo por obra do Espírito Santo. É o Espírito de Deus — que não conhece tempo — que torna o “hoje litúrgico” da obra salvífica de Jesus Cristo em “hoje histórico”, isto é, atualizado no momento histórico celebrado.

O “hoje litúrgico” — por obra do Espírito Santo — não homenageia um acontecimento passado de Jesus Cristo, mas atualiza, no presente, no “agora” da liturgia celebrada, a obra redentora. Isto acontece em contexto litúrgico de “memorial”²¹. O que aconteceu no

15. LEO MAGNUS, Sermo 74, 2, in *Patrologia Latina* 74, 398B.

16. SC 2.

17. A. M. TRIACCA, “Preface”, in A.M. TRIACCA (org.), *Le Christ dans la Liturgie. Conférences Saint-Serge, XXVI Semaine d’Etudes Liturgiques (Paris, 1980)*, 1981, p. 7.

18. S. MARSILI, in B. NEUNHEUSER et alii, *Anàmnesis 1. A liturgia, momento histórico da salvação*, 1986, p. 111.

19. SC 7.

20. E. LODI, *Liturgia della Chiesa*, 1981, p. 34.

21. A Liturgia não “reza” suas orações servindo-se de verbos no passado, mas sempre no presente, como por exemplo, nas Missas de Natal, proclamando o sentido do “Hodie, Christus natus est nobis”, “Hoje, Jesus Cristo nasceu para nós” (cf. PAULUS VI, *Missale Romanum ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II*

passado é atualizado no “hoje histórico” pela ação do Espírito Santo. Não se entra em contato com um passado em nível de lembrança, porque aquele fato histórico, tornado *ephapax* (Hb 9,26 Rm 6,10; 1 Cor 15,6; Hb 7,27; 9,12; 10,10), continua presente em sua *virtus*, atualizado, nas celebrações sacramentais da Igreja.

A teologia litúrgica denomina tal atividade como *virtus muneris*. Mesmo que o acontecimento tenha sido realizado no passado, a sua *virtus*, a sua “energia divina”, o “efeito salvífico” continua presente pela celebração memorial. Deste ponto de vista é possível considerar a atividade de Jesus como Sacerdote, Profeta e Pastor atuando na liturgia do “hoje histórico”.

1. Múnus sacerdotal de Jesus Cristo na liturgia

A presença sacerdotal de Jesus na liturgia é a realização de uma profecia. Deus prometera um novo sacerdote, que exerceria o sacerdócio na fidelidade ao seu projeto com atitudes e com pensamentos em conformidade ao seu divino coração (1Sm 2,35 e Sl 110,4)²². O autor da Carta aos Hebreus, fonte da reflexão do múnus sacerdotal de Jesus na liturgia, inspira-se no juramento divino, exposto no Sl 110,4: “O Senhor jurou e não se arrependerá, tu és sacerdote para sempre à maneira de Melquisedec.”

1.1 Características gerais do múnus sacerdotal no Antigo Testamento

Fazer referência a um novo sacerdócio significa estabelecer uma comparação entre um modo sacerdotal de ser, aquele do Antigo Testamento, e outro modo sacerdotal, aquele de Jesus Cristo, no Novo Testamento. O momento não comporta uma Teologia comparativa aprofundada, por isso, apenas duas anotações quanto às funções (múnus) de um e de outro.

O liturgista italiano Bonifacio Baroffio chama atenção ao fato

instauratum auctoritate Pauli PP. VI promulgatum, 1975, p. 153-157). Na edição portuguesa brasileira (1992), p. 151-154. Doravante será indicado somente como “Missal Romano” e com a referência ao Missal brasileiro.

22. S. BIANCHINI, *Il sacerdozio cristiano*, 1973, p. 14.

que uma das atividades sacerdotais, em Israel, era o exercício de interpretar oráculos divinos, sem com isso pertencerem à classe de videntes ou adivinhadores²³. Outra função consistia em oferecer sacrifícios no Templo. Neste caso, somente o sacerdote ingressava no Templo para oferecer o sacrifício; o povo permanecia do lado de fora durante a liturgia sacrificial. A oferta de sacrifícios, contudo, não era função especificamente sacerdotal, uma vez que qualquer pessoa poderia ofertar sacrifícios a Deus, como fez Aarão (Nm 15-17) e outros personagens bíblicos, que ofereceram sacrifícios a Deus e não eram sacerdotes. Vanhoye, um dos mais importantes estudiosos do sacerdócio cristão, diz que o sacrifício, no Antigo Testamento, estava separado do povo e o povo estava separado do sacrifício porque se oferecia o sangue (a vida) dos animais²⁴. O rito oferente do sacrifício a Deus, pelo sacerdote, conferia-lhe o múnus de mediador entre o povo e Deus com uma oferta sacrificial ascendente; do povo para Deus, mediada pelo sacerdote.

Uma terceira característica distintiva, no Antigo Testamento o sacerdócio não tinha a característica vocacional; ser sacerdote pertencia à função hereditária de uma classe ou tribo social, a tribo de Levi, encarregada de estar a serviço do Templo (Ex 28,1; Lv 8,1; 1Cr 5,27-41). Diferente, por exemplo, era a vocação profética, sempre proposta como chamado divino.

1.2 Múnus sacerdotal de Jesus: mediador e oferente

Distinto do sacerdócio exercido no Antigo Testamento, o sacerdócio de Jesus Cristo é vocacional, enviado pelo Pai para ser o único e eterno mediador entre a humanidade e o altar divino (1Tm 2,5-6 e Hb 8,6; 9,15; 12,24). Diferente do sacerdócio da Antiga Aliança, Jesus não é sacerdote por pertencer a uma tribo sacerdotal, mas é sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Hb 8,4). Exerce, assim, um “sacerdócio misterioso”, originado no Mistério divino e com uma missão vocacional específica. Jesus não é sacerdote por força de uma genealogia, mas por vontade divina que o envia e o institui no múnus

23. B. BAROFFIO, “Sacerdozio”, in _____, *Nuovo Dizionario di Liturgia*, 1984, p. 1234.

24. A. VANHOYE, *A mensagem da Epístola aos Hebreus*, 1983, p. 71.

sacerdotal para oferecer um sacrifício agradável a Deus Pai todo-poderoso.

Estava claro que Jesus não era sacerdote segundo a lei judaica. Com efeito, ele não pertencia a uma família de sacerdotes ou sumos sacerdotes, nem mesmo à tribo selecionada para o serviço do culto. Na série ascendente das separações rituais, ele se encontrava no degrau mais baixo, o do povo²⁵.

O sacerdócio de Jesus é caracteristicamente exercido em modo existencial para em tudo fazer a vontade do Pai. “Meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (Jo 4,34). A realização plena da vontade do Pai acontece na Cruz, momento da sua consagração sacerdotal, quando oferece sua vida, cujo símbolo existencial da oferta é o lado aberto do seu Coração, de onde “nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja”²⁶. A morte de Jesus Cristo, portanto, assume um sentido positivo, no dizer de Vanhoye, e faz de Jesus Cristo um novo sacerdote; novo porque a oferenda que apresenta ao Pai é a sua própria vida²⁷.

Em razão do seu sacerdócio oblativo e sua oferenda existencial, Jesus exerce o múnus de mediador oferente do sacrifício perfeito (sua vida) no altar da Cruz²⁸. É por isso que recebeu de Deus a dignidade de Sumo e eterno sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (Hb 5,10). Realiza-se em Jesus o oráculo profético do Sl 110,4: “O Senhor jurou e não se arrependerá: tu és sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedec”. A Cruz torna-se altar sacrificial do seu sacerdócio oblativo e, igualmente, momento da unção sacerdotal, como proclama o Prefácio da Páscoa V:

Pela oblação do seu corpo, pregado na Cruz, levou à plenitude os sacrifícios antigos. Confiante, entregou em vossas mãos seu espírito, cumprindo inteiramente vossa santa vontade, revelando-se, ao mesmo tempo sacerdote, altar e cordeiro.

25. *Idem*, p. 19.

26. SC 5.

27. A. VANHOYE, *op. cit.*, p. 77.

28. *MISSAL Romano*, Prefácio da Páscoa V, 1992, p. 425.

A teologia eucológica do Prefácio da Páscoa V apresenta Jesus como sacerdote, como altar e como vítima. Sacerdote que realiza em sua vida, pela sua vida e com sua vida a glorificação divina pela oferta do sacrifício perfeito; sacrifício existencial. E, em consequência disso, cumpre ressaltar um aspecto importante a partir do Mistério da Encarnação. Sendo Jesus divino e humano, sua oferta (seu sacrifício) não se limita apenas ao oferecimento da sua vida divina ao Pai; com ela oferece a vida humana, transformando-a sacrifício (oferta) agradável ao Pai.

A iniciativa da mediação parte de Deus, que envia seu Filho ao mundo para que o mundo seja salvo (Jo 3,17), tenha acesso à vida divina (Hb 2,17) e possa “oferecer em toda parte, do nascer ao pôr do sol, um sacrifício perfeito”²⁹. A finalidade da Encarnação, portanto, do ponto de vista do múnus sacerdotal de Jesus, habilita a humanidade a oferecer ao Pai um sacrifício perfeito, vivo e santificado (Hb 10,7), como proclamado na Oração Eucarística IV, ao interceder a graça de participar da oferta sacrificial do Senhor:

Olhai com bondade, o sacrifício que destes à vossa Igreja e concedei aos que vamos participar do mesmo pão e do mesmo cálice que, reunidos pelo Espírito Santo num só corpo, nos tornemos em Cristo, um sacrifício vivo para o louvor da vossa glória³⁰.

1.3 Exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo na Liturgia

Se a característica mediadora do sacerdócio, no Antigo Testamento, era ascendente e consistia em oferecer “sacrifícios” a Deus em nome do povo, a mediação, no e pelo sacerdócio de Jesus, é ascendente e descendente. Descendente porque a vida divina encarna-se na vida humana e a santifica (salvação): “e de tal modo, Pai santo, amastes o mundo que, chegada a plenitude dos tempos, nos enviastes vosso próprio Filho para ser nosso Salvador”³¹. Ascendente porque, na Liturgia, Cristo continua oferecendo seu sacrifício ao Pai, pois “é

29. *MISSAL Romano*, Oração Eucarística III, 1992, p. 482.

30. *Idem*, Oração Eucarística IV, 1992, p. 492.

31. *Idem*, Oração Eucarística IV, 1992, p. 489.

ele o sacerdote verdadeiro que se sempre se oferece por nós todos”³². Profissão clara e evidente da Igreja que vê Jesus como o sacerdote oferente e como a oferta da e na liturgia. A vida de Jesus é a vítima, é a hóstia oferecida ao Pai. A sua Cruz é o altar onde ele reza a sua grande prece ofertorial (Hb 5,7) oferecida pela Igreja como “sacrifício perfeito e santo.”³³

A atividade mediadora do múnus sacerdotal de Jesus na liturgia perpassa toda a celebração e em todos os sacramentos, como reza a expressão litúrgica “*per Christum, Domine nostrum*”. Pela sua mediação, acontece a verdadeira comunicação (no sentido de entrar em comunhão – “*communicantes*”) de vidas; a vida divina é comungada pela vida humana e dela torna-se habitação (1Cor 3, 16), como reza a eucologia natalina da *super oblata* da Missa da Noite:

Acolhei, ó Deus, a oferenda de hoje, na qual o céu e a terra trocam seus dons, e dai-nos participar da divindade daquele que uniu a vós a nossa humanidade. PCNS³⁴.

Pelo “*communicantes*”, o múnus sacerdotal de Jesus na Liturgia constitui uma nova assembleia celebrativa que se comunica com Deus — entra em comunhão com Deus — como assembleia sacerdotal. Não fica do lado de fora do Templo, como no culto do Antigo Testamento, mas tem acesso ao santuário, que é o Corpo de Jesus Cristo. A assembleia, enquanto “Corpo de Cristo”, é santa e sacerdotal (Hb 2, 11; 10, 14; 1Pd 2, 5.9), por isso, pode se aproximar do trono da graça para obter misericórdia (Hb 4, 16), para ter acesso à salvação divina (Hb 7, 25), para prestar um culto verdadeiro com piedade e temor (Hb 12, 28) e oferecer um perene sacrifício de louvor ao Pai (Hb 13, 15). Em base a isso, compreende-se que a liturgia é o exercício do sacerdócio de Cristo³⁵, na qual e pela qual os celebrantes participam como povo sacerdotal³⁶ oferecendo o sacrifício perfeito (Jesus Cristo) ao Pai.

32. *Idem*, Oração Eucarística V, 1992, p. 495.

33. *Idem*, Oração Eucarística I, 1992 p. 474.

34. *Idem*, Sobre as oferendas, Missa da Noite (Natal), 1992 p. 152.

35. SC 7.

36. SC 27.

O rito ofertorial de Jesus ao Pai evidencia-se particularmente na Liturgia Eucarística. É na e pela Eucaristia que Jesus continua exercendo seu sacerdócio enquanto oferente do sacrifício perfeito ao Pai³⁷. De modo mais específico, o rito ofertorial eucarístico acontece no decorrer da Oração Eucarística. É pela mediação de Jesus Cristo, o Sumo e eterno sacerdote, que a Igreja perenemente oferece a sua oferenda — “*hostiam puram, hostiam sanctam, hostiam imaculatam*”³⁸ — ao Pai (Hb 12), porque perene é a presença do Senhor na Igreja, como reza o Prefácio da Páscoa III: “Ele continua a oferecer-se pela humanidade e junto de vós é nosso eterno intercessor”³⁹. Faz parte do múnus sacerdotal do mediador ofertar o sacrifício e interceder perenemente pela sua Igreja.

A título de ilustração, a ritualidade simbólica da oblação da oferta sacrificial, na proclamação da Oração Eucarística, faz uma distinção nas orientações litúrgicas, com as palavras “*elevans*” e “*ostendit*”⁴⁰. Do ponto de vista da linguagem litúrgica, “*elevans*” — elevar — gesto ofertorial de quem oferece; “*ostendit*” — mostrar — gesto de apresentar as oferendas para serem vistas. O Missal brasileiro traduz como “mostra” (quer dizer, não se eleva o pão e nem o cálice depois da consagração, apenas se mostra). O mesmo pode ser verificado na orientação da apresentação das oferendas⁴¹, indicando que o rito se realiza “elevando-a um pouco sobre o altar”; não um gesto ofertorial, portanto, mas de apresentação. O gesto ofertorial — o momento do ofertório da Eucaristia — acontece no “*per ipsum*”, com o uso do verbo “ergue”. Erguer a oferta para oferecê-la. Momento ofertorial indicativo de que a oferenda é mediada no sacerdócio de Jesus Cristo ao Pai todo-poderoso: “por Cristo, com Cristo e em Cristo, a vós Deus Pai todo-poderoso”⁴². Eis o motivo, pelo qual o “amém” conclusivo da

37. Cf. *MISSAL Romano*, Instrução Geral do Missal Romano, Proêmio, 1992, n. 2, p. 25 (a partir daqui: IGMR).

38. A tradução do Missal brasileiro não reflete a Teologia da qualidade do sacrifício (hóstia), como proclamado em latim: puro, santo e imaculado. Limita-se a traduzir como “*sacrifício perfeito e santo*” (cf. *MISSAL Romano*, Oração Eucarística I, 192, n. 94, p. 474).

39. *MISSAL Romano*, Prefácio da Páscoa III, 1992, p. 423.

40. *Idem*, IGMR, 1992, n. 91 e n. 100, p. 473 e 476.

41. *Idem*, IGMR, 1992, n. 19 e 21, p. 402-403.

42. *Idem*, Oração Eucarística I, 1992, p. 476.

grande doxologia é tão solene e tão importante: porque congrega a adesão do povo sacerdotal ao apresentar a oferta (o sacrifício) perfeita e santa ao Pai: o próprio Jesus Cristo.

2. Múnus profético de Jesus Cristo na Liturgia

O múnus profético de Jesus Cristo, em sua totalidade, é muito amplo, principalmente pelas características que envolvem a vocação e a atividade profética. A literatura sobre o profetismo seja no Antigo como no Novo Testamento e, neste caso, mais especificamente no que se refere a Jesus, é extensa⁴³. Daí a necessidade de optar somente por dois aspectos da atividade do múnus profético de Jesus Cristo: a Palavra e o conteúdo do anúncio profético de Jesus Cristo. Dois aspectos que vão ao encontro da presença de Jesus Cristo na Palavra e o fundamento teológico litúrgico da Liturgia da Palavra, de acordo com a SC 7: Jesus “está presente na sua Palavra, pois é ele que fala quando na Igreja se leem as Sagradas Escrituras”.

2.1 Profeta: um vocacionado por Deus

A primeira característica do múnus profético está na origem da sua atividade: a vocação e o envio divino. A origem do profetismo encontra-se no próprio Deus, que chama e, como acontece com todo chamado divino, envia e confia ao vocacionado uma missão. O profetismo é uma vocação, pela qual Deus escolhe homens e mulheres para falar em seu nome em vista para ajudar o povo a caminhar nos caminhos do projeto divino. É a experiência vocacional, a experiência mística da sua vocação, que o torna destemido a ponto de enfrentar tudo, inclusive os poderosos e as ideologias do seu tempo (Is 6).

A origem etimológica da palavra profeta (*nabi*) contém o significado de chamar, encarregar, confiar uma função (um múnus) a alguém. Deus dá um encargo, uma função a uma pessoa para que seja

43. A bibliografia sobre profetismo bíblico considera diferentes tipos de profetas, diversas maneiras de profetizar e de profetismos, como por exemplo, a distinção entre os profetas do Templo e os profetas da coorte; os profetas da profecia crítica (Elias e Eliseu) e os profetas radicais (Amós, Isaías, Jeremias). Para mais detalhes: M. SCHWANTES, “Profecia e Estado. Uma proposta para a hermenêutica profética”, in *Estudos Teológicos* 22 (1982), p. 105-145.

seu porta-voz⁴⁴. Para isso, a necessidade de ser ungido, no sentido de ser purificado, ter os lábios puros para falar a Palavra divina. É o que se lê, por exemplo, na vocação de Isaías. Depois de chamado, tem os lábios purificados (Is 6,5-6) e é enviado: “ouvi, então a voz do Senhor que dizia: a quem enviarei? Envia-me! Ele disse: vai dizer a este povo” (Is 6, 8-9). A vocação e o envio o tornam “homem da Palavra”, não para propor suas convicções, debater ideologias ou ensinar uma doutrina..., mas para falar, anunciar e testemunhar a Palavra de Deus. É isso que liga profundamente sua vida em viver para fazer a vontade de Deus⁴⁵.

A vocação e a missão — o múnus profético, no sentido de exercer a atividade profética — mantém relação estreita com a Palavra de Deus. O profeta é vocacionado para ser um homem, uma mulher, da Palavra de Deus. Ele é formado espiritual e misticamente pela Palavra de Deus; é ungido pela Palavra que penetra no mais profundo do seu ser e o transforma completamente (Hb 4,12). O profeta é alguém que se confronta com o Deus da Palavra porque Deus se revela pela Palavra para conduzir seu povo nos caminhos da história. É um Deus que fala uma Palavra eficaz, performativa, criadora, transformadora. O verdadeiro profeta pode ser definido como a “boca de Deus”, que fala — anuncia — aquilo que o Deus ordena (Dt 18,18-20; 1Rs 17,24; 22,28)⁴⁶.

2.2 Jesus, o maior de todos os profetas

Jesus é descrito como o maior de todos os profetas. Ele mesmo se diz maior que o profeta Jonas (Mt 12, 41) e o autor da Carta aos Hebreus o considera maior que Moisés, o maior de todos os profetas (Hb 3, 2-3). Também aqui a literatura sobre o profetismo em e de Jesus é vasta, de onde a necessidade de considerar, apenas, o aspecto de Jesus como profeta enviado pelo Pai. Nele realiza-se aquilo que

44. A. R. CERESKI, *Introdução ao Antigo Testamento numa perspectiva libertadora*, 1996, p. 176.

45. J. L. S. DIAZ, *Profetismo em Israel. O profeta, os profetas, a mensagem*, 1996, p. 81-90.

46. O conceito de profeta entendido como adivinho, aquele que prevê o futuro, como é o conceito do senso comum, não tem espaço na concepção Bíblica do profetismo (cf. L. A. SCHÖEKEL; J. L. S. DIAZ, *Profetas I*, 1988, p. 33-34).

é mais característico da vocação profética: o profeta não se servir de Deus, mas permitir que Deus sirva-se de sua pessoa para comunicar seu projeto para a vida plena do homem e da mulher. Jesus manifesta consciência que o Pai agia nele (Mt 28, 18) e que, como todo profeta, ele foi totalmente possuído pela Palavra de Deus para revelar quem é o Pai (Mt 11, 27; Jo 14, 31).

No que tange à questão da consciência profética de Jesus, esta reflexão limita-se a considerar somente dois aspectos: Jesus apresenta-se como profeta de Deus e, o povo reconhecia Jesus como profeta. Vale, mesmo *en passant*, ter em conta a afirmação de Joachim Jeremias⁴⁷ dizendo que Jesus foi condenado como falso profeta (Mc 14, 65; Dt 13, 1-5). Mas, a afirmação que favorece o reconhecimento do múnus profético de Jesus, seja das autoridades religiosas (Lc 7,36-39) como também do povo verifica-se em Lc 7,16: “todos ficaram tomados de temor e glorificavam a Deus dizendo: um grande profeta surgiu entre nós”[...], e “Deus veio visitar o seu povo”. Comblin⁴⁸ sustenta que os discípulos e todo o povo consideravam Jesus primeiramente como profeta (Lc 24, 19).

O modo como Jesus assumiu sua atividade ministerial, enquanto enviado de Deus, demonstra consciência da sua identidade profética (Lc 4, 24-27; 13, 33). Ele reconhecia que era habitado pela Palavra de Deus (Mt 11, 27). Entendia que suas palavras eram as palavras do Pai; ele é a “Palavra do Senhor” (Mt 7, 24) a “Palavra da Salvação”, como são concluídas as leituras, sem usar o plural “palavras”. Assim, a Palavra de Jesus — como a palavra que o profeta falava — estava em seus lábios porque o Espírito divino agia nele (Lc 4,18-19). Para Joachim Jeremias, “possuir o Espírito de Deus significava ser profeta”⁴⁹. É este mesmo Espírito divino que leva o profeta a falar não somente em nome de Deus, mas permitir que Deus fale por meio dele, a ponto de seus discípulos o definirem como “um profeta poderoso em obras e palavras, diante de Deus e de todo o povo” (Lc 24,19).

47. J. JEREMIAS, *Teologia do Novo Testamento*, 2004, p. 135-136.

48. J. COMBLIN, *Jesus profeta*, 1987, p. 45

49. J. JEREMIAS, *op. cit.*, p. 136.

2.3 Múnus profético de Jesus na Liturgia

Diferentemente do múnus sacerdotal na Liturgia, com muitas referências ao exercício do sacerdócio de Jesus Cristo, especialmente na Liturgia Eucarística, na eucologia, em documentos litúrgicos da Igreja⁵⁰ e em textos de teologia litúrgica, o múnus profético de Jesus Cristo na liturgia ainda não comporta uma teologia muito elaborada. Compreensível, pois por séculos desenvolveu-se a teologia sacrificial da Eucaristia, na qual se impõe a necessidade de um sacerdote. Mas, com base na teologia conciliar da SC 7, os bispos do Brasil ensinam que “na Liturgia da Palavra, Cristo continua falando ao seu povo como profeta e sacerdote”⁵¹.

Do ponto de vista eucológico, a Liturgia da Palavra é sóbria, mas clara o suficiente para entender a presença do múnus profético de Jesus Cristo, especialmente na proclamação do Evangelho, como recita a bênção antes da proclamação do Evangelho:

O Senhor esteja em teu coração e em teus lábios para que possas anunciar dignamente o seu Evangelho⁵².

Chama atenção o fato de ser uma bênção purificadora, inspirada na preparação profética de Isaías (Is 6, 5), pela qual os lábios são purificados para que ele possa anunciar dignamente a Palavra do Senhor. Isso faz compreender que a proclamação do Evangelho é um múnus profético, de onde há a necessidade de um coração puro, entende-se uma vida santa, pautada pela condução do Espírito de Deus, como a vida profética de Jesus, explicitada na sinagoga de Nazaré (Lc 4, 18-21). É isso que faz com que toda a assembleia se volte para o anunciador da profecia evangelizadora: “os olhos de todos, na sinagoga, estavam fixos nele” (Lc 4, 20); olhos e corpos voltados para o ambão e não para os folhetos. Unido nos lábios e na vida para proclamar o Evangelho ao povo reunido em assembleia.

Disso, também, o fato de a Igreja delegar que o Evangelho seja

50. O múnus profético de Jesus Cristo não encontra nenhuma referência em qualquer texto de *Praenotanda* dos rituais sacramentais, por exemplo.

51. CNBB, *Orientações para a celebração da Palavra de Deus*, 2009, n. 12.

52. *MISSAL Romano*, Liturgia da Palavra, 1992, n. 11, p. 399.

proclamado por um ministro ordenado, diácono, presbítero ou episcopo⁵³, considerando que ambos foram ordenados (enviados) para exercerem o múnus profético de Jesus Cristo, profeta evangelizador do Pai⁵⁴. O mesmo se diga da presença do Senhor “nos lábios” do proclamador do Evangelho, expressão reveladora que diácono e sacerdote são ordenados para terem nos lábios a Palavra divina, característica de uma das atividades do múnus profético: o “homem da Palavra de Deus”, o anunciador da “Palavra da Salvação”, como diz a conclusão do rito proclamador do Evangelho — “Palavra da Salvação” — que, em concreto, é o próprio Jesus Cristo. Ele é o profeta, ele é a Palavra, ele é a Salvação.

Também a homilia assume a dimensão do múnus profético de Jesus Cristo⁵⁵. Cipriano Vagaggini acena a este aspecto, em apenas três parágrafos, mas sem encontrar eco em algum aprofundamento, ao menos até onde alcançou esta pesquisa, no que se refere ao múnus profético de Jesus na homilia⁵⁶. É interessante, todavia, reconhecer a atividade do homiliasta como aquele que age “*in persona Christi*”.

Vagaggini diz que o termo “anúncio” confere dimensão profética à homilia, uma vez que “anúncio”, no contexto da Liturgia da Palavra, distingue-se de ensinamento. Este, no dizer de Vagaggini, é uma comunicação para a inteligência, para o conhecimento. A homilia vai além; sendo profética, propõe um modo de viver a partir da Palavra de Deus. O ensinamento, no contexto da Liturgia da Palavra, limitar-se-ia em relatar acontecimentos passados, ao passo que a homilia, pela ação do Espírito Santo (movimento epiclético) torna a Palavra atualizada no presente. O “*in illo tempore*” torna-se “*hodie*” na homilia e pela homilia. Esta é uma atividade do múnus profético: atualizar o projeto divino no hoje histórico da parte de quem é “ungido pelo

53. *MISSAL Romano*, IGMR, 1992, n. 60.

54. A sacramentalidade do múnus profético do sacerdote encontra-se no Rito da Ordenação, na terceira pergunta do diálogo, quando o bispo interroga o ordenando sobre sua disposição para desempenhar com dignidade e sabedoria o ministério da Palavra. Também a oração consecratória alude ao exercício profético na vida sacerdotal. Isto é ainda mais evidente no Rito da Ordenação Diaconal, na entrega do Evangelário, esclarecendo que o diácono é constituído mensageiro do Evangelho. É um profeta do Evangelho (cf. PAULO VI, *Rito das Ordenações*, 1976, p. 62 e 69).

55. Cf. FRANCISCO, *Evangelii gaudium*, 2013, n. 137-138 (a partir daqui: EG).

56. C. VAGAGGINI, *Il senso teologico della Liturgia*, 1965, p. 808.

Espírito Santo *para anunciar* a Boa Nova aos pobres” (Lc 4, 18). Sob este aspecto, o homiliasta é um anunciador — atividade própria dos profetas bíblicos —. Pela voz do homiliasta, Jesus continua “anunciando a Boa Nova” da Palavra de Deus para que seus ouvintes, ouvindo e acolhendo a Palavra de Salvação, decidam-se e possam viver de acordo com o projeto divino⁵⁷. O homiliasta, em sua função (múnus) profética, não explica as leituras, mas atualiza a Palavra — atualiza Jesus Cristo em seu múnus profético evangelizador —. No momento da homilia, inspirando-se em Vagaggini, o homiliasta torna-se “homem da Palavra de Deus” (profeta) no tempo que se chama hoje.

Vagaggini conclui sua reflexão atribuindo ao homiliasta a sacramentalidade profética — sacramento de agir “*in persona Christi*” — enquanto “sua dependência de Deus, da sua Palavra, do seu Espírito, do qual não pode ser nada mais que anunciador e instrumento”⁵⁸.

A atuação do múnus profético de Jesus na Liturgia, portanto, acontece especialmente na proclamação da Palavra, parte constitutiva nas celebrações dos Sacramentos e dos sacramentais. Deus continua falando ao seu povo na Liturgia da Palavra⁵⁹, anunciando sua Palavra definitiva e eterna (Mc 13,31) por Jesus, presente na Palavra, “pois é ele mesmo que fala quando se leem as Sagradas Escrituras”⁶⁰.

A presença de Jesus na liturgia acontece pela ação do Espírito Santo⁶¹, como se fez referência. Isso inclui a Liturgia da Palavra. O mesmo Espírito divino que falou pelos profetas, na celebração da Liturgia da Palavra, atualiza a Palavra do Senhor no hoje da história social e no momento existencial de cada celebrante⁶². Isso acontece pela dinâmica memorial e, como na sinagoga de Nazaré, o Espírito de Deus está presente “para anunciar a Boa Nova aos pobres” (Lc 4, 18-19). É pela presença de Jesus na Liturgia da Palavra, que seu múnus profético faz da assembleia celebrante um “canteiro” para acolher a

57. Papa Francisco denomina de “falso profeta, embusteiro ou charlatão vazio” aquele pregador que não se deixa tocar pela Palavra (cf. EG, n. 151).

58. C. VAGAGGINI, *Il senso teologico della Liturgia*, 1965, p. 808.

59. Cf. I. BUYST, *A palavra de Deus na liturgia* (1), 2012, pp. 13-14; Cf. F. PALUDO; M. A. D’ANNIBALE, in CELAM, *Manual de Liturgia II. A celebração do Mistério Pascal*, 2005, p. 143-191.

60. SC 7; IGMR 29.

61. BENTO XVI, *Exortação Apostólica Pós-sinodal “Verbum Domini”*, 2010, n. 15.

62. J. J. ALLMEN, *Celebrare la Salvezza*, 1986, p. 115.

mente da Palavra (Mt 13,1-9) e torna a liturgia momento profético-evangelizador⁶³ e fonte do envio missionário.

3. Múnus régio-pastoral de Jesus Cristo na liturgia

O conceito bíblico, quanto à atividade do rei, não obedece ao critério político proposto pela monarquia histórica. A monarquia em Israel teve início com a unção de Davi, que era pastor (1Sm 16, 11-13). Nisso há uma primeira identificação quanto ao modo de exercer o reinado: como pastor — não como fazem os “chefes das nações” (Mc 10, 42-45). O Sl 22 e o capítulo de Ez 34 descrevem as funções e as qualidades do Rei pastor, na pessoa de Davi.

3.1 Jesus é descendente de Davi, o pastor

Nos Evangelhos, Jesus é apresentado como descendente de Davi (Mt 1, 1). Em Jesus acontece a profecia do rei messiânico, confirmado pelo próprio Jesus diante de Pilatos: “sim, tu o dizes: eu sou rei” (Jo 18, 37); rei de um reino que não é deste mundo (Jo 18, 36). Rei segundo o conceito divino, inspirado na atividade de um bom pastor que se coloca a serviço do rebanho para que tenha vida plena (Jo 10, 10).

A parábola do Bom Pastor descreve a atitude e o zelo do “rei” para com seu povo (Jo 10, 1-18). Atitude e atividade tipicamente pastoral: “tal é o encargo (múnus) que recebi de meu Pai” (Jo 10, 18); o encargo, o múnus, de conduzir seu povo de modo pastoral. Um conceito não limitado ao tempo histórico de Jesus, mas que, graças ao Mistério da Encarnação do Verbo na história (Jo 1, 1-18) continua agindo na história. A teologia do memorial da liturgia professa que a obra realizada pelo Espírito Santo, na qual o “Verbo se fez carne” (Jo 1,1), continua “habitando entre nós”, — “Ele está no meio de nós” — na história do tempo presente. Um modo com o qual a atividade pastoral continua na história, graças à liturgia, acontece pela celebração do Ano Litúrgico que contempla a presença de Jesus Cristo qual Bom Pastor que conduz pedagogicamente sua Igreja (rebanho) nos

63. Cf. EG, n. 24.

caminhos do discipulado⁶⁴.

O múnus régio pastoral divino é marcante em toda a história da Israel. A teologia cristã adota o termo “História da Salvação” para dizer que Deus atua na história e pela história. É um Deus presente e ativo na história, no tempo que acontece a história. É inspirando-se na continuidade da atividade divina na história que se entende o múnus régio pastoral de Jesus Cristo na e pela pedagogia do Ano Litúrgico.

3.2 Pedagogia do Ano Litúrgico

A compreensão do Ano Litúrgico, inicialmente, não como calendário de celebrações, mas como itinerário, no qual o Rei Pastor se apresenta como voz conhecida (Palavra) que conduz seu rebanho à segurança do seu redil (Jo 10, 2). Um caminho pastoralmente pedagógico para conduzir a comunidade eclesial e cada cristão nas estradas do discipulado de Jesus — “Caminhamos na estrada de Jesus”⁶⁵ —. Sendo litúrgico, é memorial, ou seja, é momento salvífico que se atualiza na condução do Bom Pastor em cada momento histórico. Lopez Martin diz que “a chegada de Jesus significou nova dimensão da presença de Deus no mundo, mas é antes de tudo descoberta do valor salvífico da história inserida nele”⁶⁶.

A *Sacrosanctum Concilium* descreve o múnus régio pastoral de Jesus Cristo pelo Ano Litúrgico como itinerário, no qual “a Igreja oferece aos fiéis todas as riquezas das obras e merecimentos do seu Senhor, a ponto de os tornar como que presentes em todo o tempo [...] e em contato com eles, se encham de graça”⁶⁷. Acrescente-se a isso a visão de São João Paulo II ao dizer que entre as numerosas atividades pedagógicas da comunidade, “nenhuma é tão vital e formativa quanto a celebração Dominical do Dia do Senhor e da sua Eucaristia”⁶⁸.

64. Cf. SC 102.

65. *MISSAL Romano*, Oração Eucarística V, 1992, p.498.

66. J. LOPEZ MARTIN, “Tempo sagrado, tempo litúrgico e mistério de Cristo”, in D. BOROBIO, *A celebração na Igreja. Ritmos e tempos da celebração*, 2000, p. 37. Cf. M. AUGÉ, *Espiritualidade litúrgica: ofereci vossos corpos em sacrificio vivo, santo, agradável a Deus*, 2002, p. 49.

67. SC 102.

68. JOÃO PAULO II, *Dies Domini*, 1998, n. 4 e 35. Cf. Juan CASTELLANO, “Ano

Tal dimensão pedagógica, em vista da formação no discipulado, é antiquíssima na Igreja. O exemplo mais evidente é o itinerário catecumenal, cujo auge aconteceu no século VIII, hoje celebrado nos Domingos da Quaresma do Ano A. O mesmo se diga, sempre no contexto catecumenal, do processo mistagógico presente nas celebrações dos Domingos Pascais do Ano A. É a liturgia servindo-se do Ano Litúrgico para, pedagógica e paulatinamente, iniciar, formar e aprofundar nos celebrantes a consciência de viver como discípulos e discipulas do Mestre. Ressalta-se que não se trata de catequese, mas de processo pedagógico de iniciação e mistagogia (aprofundamento) no caminho do discipulado. Neste mesmo contexto, pode-se incluir a vida dos santos e das santas, um verdadeiro mosaico de exemplos no discipulado, nos mais diferentes estados de vida: consagrada, sacerdotal, leiga; e de todos os estágios existenciais: infantil, jovem, adulto e idoso.

A Pastoral Litúrgica, deste ponto de vista, deveria ter, além da organização e a execução celebrativas, o cuidado de como a liturgia está formando seus celebrantes no discipulado do Evangelho. É em tal dinâmica que se encontra a realização do múnus régio pastoral de Jesus. Uma atividade, na qual grande responsabilidade compete ao homiliasta, entendendo ser ele aquele que partilha sua experiência no discipulado nas assembleias litúrgicas que preside. Além disso, existe o desafio de tornar a celebração, em sua totalidade, uma proposta pedagógica a favor do discipulado; inclui-se neste caso, as canções, os símbolos e os sinais, as monições, o *modus celebrandi*, a comunicação litúrgica, a inculturação, a criatividade... Um trabalho proposto pelo Vaticano II que, em alguns aspectos, sequer começou.

Duas considerações finais

O autor conclui este estudo com o sentimento de um trabalho inacabado. Não se trata de frustração, ao contrário, é desafio que abre caminho para o aprofundamento de como Jesus Cristo, presente na liturgia, continua exercendo sua atividade evangelizadora, pastoral e sacerdotal.

Como referido no decorrer do texto, a atividade sacerdotal

Litúrgico”, in _____, *Dicionário de Espiritualidade*, 2012, p. 174.

de Jesus conheceu um desenvolvimento teológico considerável. O mesmo não acontece, do ponto de vista litúrgico, quanto ao profetismo e à sua atividade pastoral. É um campo a ser explorado pela sua riqueza e, principalmente, para o aprofundamento na compreensão da liturgia. A carência de estudos neste véis constitui grave risco de se celebrar a liturgia com linguagens impróprias à celebração, típicas do não conhecimento da mensagem e do contexto comunicativo da liturgia enquanto atividade de Jesus Cristo como sacerdote, como profeta e como pastor na liturgia e pela liturgia.

Referências

- ALLMEN, J. J. *Celebrare la Salvezza*. Torino: Elle di Ci, 1986.
- AUGÉ, M. *Espiritualidade litúrgica: ofereci vossos corpos em sacrifício vivo, santo, agradável a Deus*. São Paulo: Ave Maria, 2002.
- _____. *Munus: Liturgia e dintorni (online)*, 2016. Disponível em: <<https://liturgiaedintorni.blogspot.com/search?q=munus>>. Acesso em: 28 de julho de 2018.
- BECKER, K. J. “L’Insegnamento sul Battesimo del Vaticano”. In LATURRELLE, R. (org.). *Vaticano II: Bilancio & Prospettive. Venticinque anni dopo 1962/1987*. Assisi: Cittadella Editrice, 1987, p. 641-686.
- BENTO XVI. *Exortação Apostólica Pós-sinodal “Verbum Domini” sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- BIANCHINI, S. *Il sacerdozio cristiano*. Torino: Marietti, 1973. (Teologia attualizzata 11).
- BUYST, I. *A palavra de Deus na liturgia*, 1. São Paulo: Paulinas, 2012.
- CASTELLANO, J.. “Ano Litúrgico”. In ANCILLI, E. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 174-182.
- CERESKI, A. R. *Introdução ao Antigo Testamento numa perspectiva libertadora*. São Paulo: Paulus, 1996.
- CNBB. *Orientações para a celebração da Palavra de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2009. (Documentos da CNBB 52)
- COMBLIN, J. *Jesus profeta*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. (Estudos Bíblicos).
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. “Constituição Sa-

- crosanctum Concilium” (04.12.1963). In VIER, Frederico (coord.). *Compêndio Vaticano II, Constituições, Decretos, Declarações*. 27^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 257-306.
- DIAZ, J. L. S.; SCHÖEKEL, L. A. *Profetas I*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- DIAZ, J. L. S. *Profetismo em Israel. O profeta, os profetas, a mensagem*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- D’ANNIBALE, M. A.; PALUDO, F. “A Palavra de Deus na celebração”. In CELAM. *A celebração do Mistério Pascal. Fundamentos teológicos e elementos constitutivos*. 2^a ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 143-191. (Manual de Liturgia).
- EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica, I*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- GROH, C. R. *A identidade do ministério presbiteral como tema teológico-pastoral: uma questão epistemológica*. Florianópolis: ITESC, 2010.
- GUARDINI, R. *Introduzione alla preghiera*. Brescia: Morcelliana, 1968.
- JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. 2^a ed. São Paulo: Paulinas, 2004.
- JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica “Dies Domini” sobre a santificação do Domingo*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium” sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- LEO MAGNUS. “Sermo 74”. In *Patrologia Latina* 74.
- LODI, E. *Liturgia della Chiesa*. Bologna: EDB, 1981.
- LÓPEZ MARTIN, J. “Tempo sagrado, tempo litúrgico e mistério de Cristo”. In BOROBIO, D. (Org.). *Ritmos e tempos da celebração*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 31-65. (A celebração na Igreja III).
- MARSILI, S. “A Liturgia, momento histórico da Salvação”. In B. NEUNHEUSER et alii. *Anámnese 1: A Liturgia*. 2^a ed. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 55-102.
- _____. “Liturgia”. In D. SARTORE; TRIACCA, A. M. (org.). *Nuovo Dizionario di Liturgia*. 2^a ed. Roma: Paoline, 1984, p. 725-742.
- MONTAN, A. “Presidência e ministérios: Uma releitura da tradição

- entre 'fato' e 'direito' desde a *Ministeria quaedam* até hoje". In *Teocomunicação (online)* 39 (2009), Porto Alegre, p. 22-64. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.
- MUNSTERMANN, Heandro. *Notre mission de prêtre, prophète et roi (online)*, 2018. Disponível em: <http://www.coursdereligion.be/files/documents/pretre_prophete_roi.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- PAULO VI. *Missal Romano*. 3ª ed. São Paulo: Paulus; Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *Rito das Ordenações*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 1976.
- SCHWANTES, M. "Profecia e Estado. Uma proposta para a hermenêutica profética". In *Estudos Teológicos* 22 (1982), São Leopoldo, p. 105-145.
- TRIACCA, A. M. (org.). "Preface: Le Christ dans la Liturgie". In *Conférences Saint-serge: XXVI Semaine d'Etudes Liturgiques (Paris, 1980)*. Roma: Edizione Liturgiche, 1981, p. 7-11.
- TRIACCA, A. M. "L'Economia sacramentale". In *CATECHISMO della Chiesa Cattolica: Testo integrale e commento teológico*. Casale Monferrato: Piemme, 1993, p. 841-861.
- VAGAGINI, C. *Il senso teologico della Liturgia*. 4ª ed. Roma: Paoline, 1965.
- VANHOYE, A. *A mensagem da Epístola aos Hebreus*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1983. (Coleção Cadernos Bíblicos 21).